



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade - FACE
Departamento de Economia - ECO

Matheus Rocha Nogueira

Análise Histórica da Formação do Ensino de Economia no Brasil de 1945 até 1973.

BRASÍLIA – DF
2020



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade - FACE.
Departamento de Economia - ECO

Análise Histórica da Formação do Ensino de Economia no Brasil de 1945 até 1973.

Matheus Rocha Nogueira

Monografia apresentada ao
Departamento de Economia da Universidade
de Brasília para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas, orientada
pelo Professor Alexandre Andrada.

Brasília
2020

**Análise Histórica da Formação do Ensino de Economia no Brasil de 1945 até
1973.**

Matheus Rocha Nogueira

Monografia apresentada ao
Departamento de Economia da Universidade
de Brasília para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas, orientada
pelo Professor Alexandre Andrada.

Brasília
2020

Universidade de Brasília – UNB

MATHEUS ROCHA NOGUEIRA

**ANÁLISE HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DO ENSINO DE ECONOMIA
NO BRASIL DE 1945 A 1973**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas, na Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Flávio Silva
Andrada.

Aprovada em de de 2020.

Banca Examinadora:

Professor Alexandre F. S. Andrada

Professora Daniela Freddo

Nogueira, R. Matheus.

Monografia: Análise Histórica da Formação do Ensino de Economia no Brasil de 1930 até 1973.

Brasília: Universidade de Brasília

Orientador: Alexandre Andrada

Examinador:

Monografia de conclusão de curso – UNB - Faculdade de Administração,
Contabilidade e Economia (FACE) – Departamento de Economia.

1. Palavras-chave: Ensino de economia, contexto histórico e consolidação dos programas de pós-graduação.
2. Universidade de Brasília – UnB

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o contexto histórico do curso de Ciências Econômicas no Brasil. Para tal, buscou-se analisar os primórdios do ensino de economia no país desde o século XIX até a consolidação dos programas de pós-graduação no início dos anos 1970. A análise será feita a luz da história do pensamento econômico vigente no período.

Palavras-chave: Ensino de economia, contexto histórico e consolidação dos programas de pós-graduação.

Abstract

The objective of this work is to analyze the historical context of the Economic Sciences course in Brazil. To this end, we sought to analyze the beginnings of teaching economics in the country from the 19th century to the consolidation of graduate programs in the early 1970s. The analysis will take place according to the history of economic thought in force in the period.

Keys-words: Economics teaching, historical context and consolidation of graduate programs.

Agradecimentos

Agradeço a Deus primeiramente. Agradeço aos meus pais, Airton e Cleide, por sempre investirem nos meus estudos, me concedendo todo apoio na concretização desse sonho. Nada disso seria possível sem minha família.

A todos os professores da FACE/UnB, que me ajudaram muito nos últimos períodos, principalmente os professores envolvidos na dissertação da Monografia: meu orientador Alexandre Andrada, professora Daniela Freddo por ter participado da banca examinadora e a professora Andrea Cabello, que me deu a dica do tema para o projeto.

Sou eternamente grato à Universidade de Brasília por ter sido minha segunda casa ao longo dessa trajetória.

Índice de Figuras e tabelas.

QUADRO 1 - GRADE CURRICULAR DO CURSO DE COMÉRCIO	15
QUADRO 2 – GRADE CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.	17

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina

CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior

CMBEU - Comissão Mista Brasil Estados Unidos

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

EPGE – Escola de Pós-Graduação de Economia (FGV)

FEA – Faculdade de Economia e Administração (da USP)

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FNCE – Faculdade Nacional de Ciências Econômicas/ Universidade do Brasil

IBRE – Instituto Brasileiro

IPE – Instituto de Pesquisa Econômica da USP

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUMOC - Superintendência da Moeda e Crédito

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

USAID – *USA Agency International Development*

Sumário

1.	Introdução	13
2.	Evolução do ensino de economia no Brasil até 1930.....	14
3.	Evolução do ensino de economia entre 1930-1945	19
4.	Ensino de economia a partir de 1945.....	23
4.1	Processo de internacionalização do curso de economia no Brasil	26
5.	Consolidação da pós-graduação e criação da ANPEC em 1973	27
6.	Conclusão	31
7.	Referências Bibliográficas.....	33

1. Introdução

O objetivo do presente estudo é identificar os principais aspectos do ensino da Ciência Econômica no Brasil, além de descrever como se deu a estruturação da comunidade de economistas nacionais entre o período de 1945 a 1973. O intervalo de tempo selecionado para análise reflete a criação oficial do primeiro curso de nível superior em Economia do país até o surgimento da ANPEC (Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia). Pretende-se fornecer uma visão panorâmica sobre estudos que dão pouca importância a trajetória profissional e acadêmica do Economista à luz dos debates que dão sustentação a formação do pensamento econômico brasileiro.

A primeira seção, após esta introdução, faz uma breve descrição da evolução do ensino da disciplina Economia Política, em cursos técnicos (de nível médio) e em cursos universitários de Direito e Engenharia, no século XIX e início do século XX. A seção seguinte fará uma descrição evolutiva dos cursos a nível universitário de *Economics* no Brasil, tendo como recorte o início da Era Vargas, em 1930 até 1944, período em que se discutia-se, nos meios intelectuais, os anteprojetos de reforma curricular para formação de quadros dirigentes diante do processo de modernização do Estado. A quarta seção chega na análise do período que se inicia com a criação do curso projetado por Eugênio Gudín e Octávio Bulhões, em 1945. A discussão, ainda na quarta seção, será ampliada a década de 1960, em que serão discutidos os momentos de nova reformulação curricular do curso de Economia, diante do seminário de Itaipava e processo de internacionalização da Ciência Econômica. O estudo será finalizado, na quinta seção, com a análise do surgimento da ANPEC em 1973. Por fim, a última seção faz as considerações finais.

A intenção é deixar uma lacuna para ser preenchida em futuros estudos sobre a história da Ciência Econômica Brasileira, tema que é pouco valorizado em trabalhos acadêmicos no Brasil.

2. Evolução do ensino de economia no Brasil até 1930

O objetivo deste capítulo é traçar a trajetória do ensino de economia no Brasil até o período histórico que antecede a Revolução de 30, tendo como fim a contextualização dos primórdios dos estudos deste curso, que tem suas origens rastreadas com a implementação das escolas de técnicas comerciais. Será feita uma análise evolutiva do ensino de Ciência Econômica no Brasil com base nos fundamentos históricos e trabalhistas, abrangendo o período que vai de 1808 até os anos de 1930.

A importância de se realizar um estudo sobre os meios que deram a base que desenharam a estrutura do ensino econômico em território brasileiro é enfatizada por Bueno (1972, p.2) com o seguinte apontamento: “Do ponto de visto teórico, é no estudo de nossa evolução histórica que deveríamos encontrar as bases das estruturas que foram dadas, em diferentes épocas, ao ensino de economia entre nós”.

A teoria econômica começou a ser desenhada nos moldes intelectuais, de forma sistemática, na Inglaterra a partir da publicação da obra de Adam Smith, A Riqueza das Nações, em 1776. Apesar disso, a disciplina Ciência Econômica só conseguiria ser debatida em solo brasileiro, de forma autonomizada, quase dois séculos depois.

Para entender, então, o processo de formação Economia, enquanto disciplina universitária e formadora de profissionais denominados Economistas, primeiramente será feita uma breve descrição da evolução do ensino da disciplina Economia Política, em cursos técnicos (de nível médio) e em cursos de Direito e Engenharia, no século XIX e início do século XX.

Nesse contexto, a vinda da corte portuguesa e a abertura dos portos tiveram grande importância para o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil, desde 1808. Os dois eventos citados passaram a demandar que o país investisse no desenvolvimento educacional, em diversos ramos, de modo que gradualmente a cidade de Coimbra em Portugal se deslocasse para terras brasileiras como farol intelectual das classes mais abastardas.

No ano de 1808 e a partir desses marcos históricos se inicia o “calendário da evolução do ensino da economia no Brasil”, de acordo com Bueno (1972). É nesta data que se criou a primeira cadeira de Ciência Econômica, a qual foi atribuída a José

da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, a propriedade e regência desta aula. Bueno (1972) destaca que Cairu é desde então considerado pela literatura como o primeiro professor de Economia brasileiro. Vale ressaltar que a cadeira não chegou a ser implementada. Pode-se dizer que os estudos econômicos no Brasil surgiram em estreita conexão com modalidades de ensino que tem sua origem registrada a partir da criação dos cursos comerciais, no século XIX e XX, além das disciplinas isoladas de Economia Política dentro das grades curriculares dos cursos tradicionais da época (Direito e Engenharia, no caso). (

Ainda segundo Bueno (1972), após a criação da primeira Aula de Economia no ano de 1808, o ensino dessa disciplina se desenvolveu por meio de três setores de ensino superior:

- i. Aulas de comércio, previstas a partir de 1809;
- ii. Faculdades de direito, desde 1827; e
- iii. Escolas de engenharia, a partir de 1864.

Posteriormente, já no século XX, o curso superior de comércio criado em 1905 e após passar por regulamentação e 1925 compreendia os seguintes conteúdos no currículo no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Grade Curricular do Curso Superior de Comércio

Ano I
• Alemão, italiano ou Espanhol
• Matemáticas Aplicadas às Operações Comerciais
• Geografia Humana; Geografia Comercial
• Tecnologia Industrial e Mercantil
• Contabilidade Administrativa, Agrícola e Industrial
Ano II
• Alemão, Italiano ou Espanhol
• Obrigações do Direito Civil, Direito Comercial e Marítimo
• Economia política; Ciência das Finanças
• História do Comércio, da Agricultura e da Indústria
• Direito Constitucional e Administrativo, Ciência da Administração
Ano III
• Alemão, Italiano ou Espanhol
• Contabilidade Mercantil Comparada e Banco Modelo
• Direito Internacional, Diplomacia, História dos tratados, Correspondência Consular e Diplomática

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Direito Industrial e Legislação Operária Psicologia Aplicada ao Comércio, Noções de Artes Decorativas |
|---|

Fonte: Bueno (1972); elaboração do autor.

Em 30 de junho de 1931, o Curso Superior de Comércio foi substituído pelo Decreto-Lei nº 20.158, que instituía o Curso Superior em Administração e Finanças. (BRASIL, 1931). Ele teria vigência até 1945 e sua estrutura curricular foi a que se segue no quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Grade curricular do Curso Superior em Administração e Finanças.

Primeiro Ano
• Contabilidade de Transportes
• Matemática Financeira
• Geografia Econômica
• Direito Constitucional e Civil
• Economia política
Segundo Ano
• Contabilidade Pública
• Finanças e Economia bancária
• Direito Internacional Comercial
• Ciência da Administração
• Legislação Consular
• Psicologia, Lógica Ética
Terceiro Ano
• Direito Administrativo
• Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado
• História Econômica da América e Fontes da Riqueza Nacional
• Direito Industrial e Operário
• Direito Internacional, Diplomacia, História dos Tratados, Correspondência Consular e Diplomática
• Sociologia

Fonte: Bueno (1972); elaboração do autor.

Segundo Bueno (1972) a estruturação curricular que sustenta o ensino de Economia a partir do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931 não era propriamente de Economia, apesar de outorgar o grau de Bacharel em Ciências Econômicas (BRASIL, 1931). Ainda conforme este autor, são a seguir elencadas algumas problemáticas vigentes nos currículos que precedem a reforma de 1945: 1) A maior parte dos egressos do Curso Superior de Administração e Finanças exercia atividades profissionais nos campos de Organização, Administração e Contabilidade; 2) A atividade profissional no campo da Economia era exercida por um maior número de Bacharéis em Direito e Graduados em Escolas de Engenharia; e 3) O próprio Corpo Docente dos Cursos Superiores de Administração e Finanças, não possuía, em sua maioria, formação acadêmica adequada para enfrentar o Curso de Ciências Econômicas implantado pelo Decreto-Lei nº 7.988/45.

A legislação de 1931, ou seja, o Decreto n. 20.158, pela primeira vez, institui o título de Bacharel em Ciências Econômicas, para os graduados no Curso Superior de Administração e Finanças. Estabelece o referido diploma legal como prerrogativas profissionais dos titulados as seguintes: preferência para nomeação para cargos públicos, regalias nos concursos para professores do Ensino Comercial, Adidos Comerciais, Cônsules. (SAES; CYTRYNOWICS; 2000, p. 44).

Neste currículo de 1931, observa que há “uma predominância de disciplinas de Direito, o que se explica em parte pelo conhecimento demandado para ocupar cargos públicos e privados destinados àquela carreira”. (SAES; CYTRYNOWICS; p. 44).

3. Evolução do ensino de economia entre 1930-1945

Até pelo menos o início da Era Vargas, o foco dos debates econômicos estava restrito à política cambial e monetária, o que é explicado pelo perfil econômico brasileiro pré-industrialização: uma economia agrário-exportadora de bens primários, sem alçar voos no que se refere a dinamização do mercado interno, ainda. Foi somente a partir de 1930, que o pensamento econômico brasileiro começou a ser desenhado conforme características específicas de uma nação cuja economia começa a se voltar para dentro. Ou dito de outra forma, uma nação cuja economia começava a traçar projetos para finalmente industrializar-se. (Saes et. al., 2016).

A partir da década de 30, com o início da Era Vargas e a crescente mobilização em prol da modernização do aparato governamental fez surgir agências estatais como Comissão de Planejamento Econômico, Conselho Nacional de Política Industrial, Comissão Nacional de Siderurgia, Instituto Nacional de Minas e Energia, entre outros. (Saes; Cytrynowcs, 2000)

Com isso, as transformações políticas ocorridas nos anos 30 fomentaram os debates em torno da criação de projetos de universidades no país. Segundo Loureiro (1992), para o Ministro da Educação na época, Gustavo Capanema, considerava que formar quadros dirigentes dentro de cursos universitários era mais importante do que a alfabetização da população.

A partir de 1930, o Brasil também vivenciou um cenário de rupturas nos contextos político e econômico. No contexto político, ocorre o golpe militar que leva Getúlio Vargas ao poder. Entre as realizações da gestão de Getúlio Vargas nos longos quinze anos que permaneceu no poder, podemos destacar a implantação de uma intrincada legislação trabalhista, iniciativas em prol da profissionalização da burocracia do Estado e, no plano econômico de longo prazo, o início de uma agenda política governamental voltada para intervenções diretas do Estado na esfera econômica. Um exemplo de maior intervenção estatal pode ser visto com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional — CSN e da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, no contexto da aproximação do Brasil com as potências aliadas na Segunda Guerra Mundial. (GIAMBIAGI et. al; 2011). Ainda sobre a Era Vargas:

Mais importante, porém, do que essas realizações “materiais”, foi o elemento distintivo do primeiro período Vargas: a incorporação, pela primeira vez na história brasileira, do “povo” (classe trabalhadora) como agente político

relevante. Esse fato — ao mesmo tempo inédito e auspicioso — imprimiria nova dinâmica ao processo político do pós-Guerra, permitindo importantes avanços na construção da democracia no país.
(GIAMBIAGI et.al, 2011, p. 2).

Nesse contexto, Gudin e Bulhões (que se tornaram economistas por meio de formação autodidata e por razões de ordem prática) apresentaram o projeto do curso de Economia aos professores de Harvard após a conferência de Bretton Woods em 1944, e, finalmente definiram uma "orientação impressa para o novo corpo curricular, que ratificava a rejeição dos antigos currículos mistos de conceitos econômicos, administrativos, contábeis e atuariais, juntos.

Eles, que eram da FGV, representaram os grupos sociais que determinaram os rumos do projeto em 1945. Em seguida, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas Nacionais da Universidade do Brasil (FNCE / UB). É considerada a primeira faculdade oficial de economia (criada por meio da incorporação de uma faculdade particular de economia, criada em 1938, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas). (Loureiro, 1992).

Gudin relata abaixo sua atuação marcante atuação no processo de aprimoramento e autonomização da *Economics* no Brasil, ao conseguir separá-la da contabilidade e da *Business Administration*:

Eu fui à Conferência de Bretton Woods e na volta, em vez de descer pelos caminhos normais, desci em Harvard. Lá existe a Faculdade de Economia e, do outro lado do Charles River, a Business Administration. Conteí aos colegas de Harvard: 'Estou lutando lá no Brasil para separar economia de contabilidade, mas não querem, querem fazer junto. O que vocês acham?'. Disseram eles: 'Não sei se vocês no Brasil têm lá seu Charles River. Se não tiverem, criem um e separem. Eu mandei dizer isto ao Capanema e foi o argumento decisivo para ele mandar executar o que eu tinha proposto. (CPDOC/FGV, 1979, p. 89-90).

A partir da década de 30, com o início da Era Vargas e a crescente mobilização em prol da modernização do aparato governamental fez surgir agências estatais como Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), além das comissões econômicas internacionais, como a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Estes organismos constituíram, ao longo dos anos 30-60, "os lugares-chaves dentro do espaço governamental, de atuação dos técnicos-economistas e de formação de sua competência prática. " (Loureiro, 1992, p. 4). As primeiras gerações de economistas

no Brasil são chamadas pela literatura de Economistas Autodidatas, pois adquiriram o conhecimento técnico por razões de ordem prática, dentro de agências governamentais. (Loureiro; 2005)

As transformações políticas ocorridas durante a Era Vargas, nas décadas de 1930 -40 repercutiram de forma profunda nos meios intelectuais, de tal modo que tiveram início debates envolvendo anteprojetos universitários, que eram considerados como essenciais para formação científica de uma futura nova elite dirigente, capaz de dar continuidade ao processo de modernização do aparelho governamental. Segundo Loureiro (1992), para o Ministro da Educação na época, Gustavo Capanema, considerava que formar quadros dirigentes dentro de cursos universitários era mais importante do que a alfabetização da população.

A partir de 1930, o Brasil também vivenciou um cenário de rupturas nos contextos político e econômico. No contexto político, ocorre o golpe militar que leva Getúlio Vargas ao poder. Entre as realizações da gestão de Getúlio Vargas nos longos quinze anos que permaneceu no poder, podemos destacar a implantação de uma intrincada legislação trabalhista, iniciativas em prol da profissionalização da burocracia do Estado e, no plano econômico de longo prazo, o início de uma agenda política governamental voltada para intervenções diretas do Estado na esfera econômica. Um exemplo de maior intervenção estatal pode ser vista com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional — CSN e da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, no contexto da aproximação do Brasil com as potências aliadas na Segunda Guerra Mundial. (Giambiagi et. al. 2011)

Mais importante, porém, do que essas realizações “materiais”, foi o elemento distintivo do primeiro período Vargas: a incorporação, pela primeira vez na história brasileira, do “povo” (classe trabalhadora) como agente político relevante. Esse fato — ao mesmo tempo inédito e auspicioso — imprimiria nova dinâmica ao processo político do pós-Guerra, permitindo importantes avanços na construção da democracia no país.
(GIAMBIAGI et. al., 2011, p. 2).

Diante disto, em meados dos anos 1940, Eugênio Gudín, o que na época atuava como professor de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas, mais tarde seria incorporada a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da UB, participou de polêmico debate com o industrial paulista Roberto Simonsen, conhecido como Controvérsia do Planejamento Econômico. (Loureiro, 1992).

Como não existiam estudos formais na área de economia ainda no país e dado o ausente contato com universidades internacionais, a maioria dos educadores em economia eram advogados ou contabilistas, trabalhando em período parcial nas universidades, além de estarem equipados por um conhecimento vago em teoria econômica até então. Um exemplo de economista autodidata que atuava como economista-acadêmico era Gudin, que lecionava a disciplina Moeda e Crédito. (Fernandez; Suprinyak, 2015).

Os autores destacam a existência de uma dicotomia no seio da criação das escolas de economia nos anos 1940-1950:

As escolas de Economia no Brasil nasceram no âmbito de uma controvérsia quanto a sua orientação. Por um lado, os egressos das escolas de Comércio e Contabilidade, que não tinham status universitário, viam na instituição de um curso universitário de Economia a possibilidade de obtenção desse status. Um outro grupo, representado principalmente por Gudin e Bulhões, acreditava que as faculdades de Economia deveriam ser orientadas para formação de quadros de dirigentes necessários para a modernização do Estado⁹. A visão de Gudin e Bulhões acabou saindo vencedora com a criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. (BIDERMAN et. al., p. 17)

De acordo com o exposto acima, vemos que havia dois grupos principais envolvidos nos projetos de criação de um curso na área de Economia. Um dos lados correspondia aos Economistas-contadores, que haviam instituído os órgãos sindicais, como a Ordem dos Economistas de SP e do RJ. (Saes; Cytrynowics; 2000). O outro lado era caracterizado por economistas autodidatas, geralmente que trabalhavam nos órgãos estatais da capital carioca e queria formar quadros dirigentes, como era o caso de Eugênio Gudin e Octávio Bulhões.

A proximidade da concepção ideológica do Estado novo com o ideário do Corporativismo e uma visão da sociedade como um 'organismo' composto primordialmente de corporações profissionais que contribuiriam para a produção da riqueza nacional e para a harmonia social, levou a um processo de valorização das profissões durante o Governo Getúlio Vargas e a um discurso e ação favorável ao planejamento [...]
(SAES; CYTRYNOWICS; 2000, p. 48)

Nesse contexto, Gudin e Bulhões, que se tornaram economistas por meio de formação autodidata e por conhecimentos de ordem prática, apresentaram o projeto do curso de Economia aos professores de Harvard após a conferência de *Bretton Woods* em 1944, e, finalmente definiram uma orientação impressa para o novo corpo curricular, que ratificava a rejeição dos antigos currículos mistos de conceitos econômicos, administrativos, contábeis e atuariais, juntos, característicos do curso de

Administração e Finanças, que formara parte da primeira geração de economistas, conhecida como economistas-contadores. Eles, que eram da FGV, representaram os grupos sociais que determinaram os rumos do projeto em 1945. Em seguida, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas Nacionais da Universidade do Brasil (FNCE / UB). É considerada a primeira faculdade oficial de economia. Gudin, que foi importante representante do Brasil em Bretton Woods durante a II Guerra Mundial, relata abaixo sua atuação marcante no processo de aprimoramento e autonomização da *Economics* no Brasil, ao conseguir separá-la da contabilidade e da *Business Administration*:

"Eu fui à Conferência de Bretton Woods e na volta, em vez de descer pelos caminhos normais, desci em Harvard. Lá existe a Faculdade de Economia e, do outro lado do Charles River, a Business Administration. contei aos colegas de Harvard: 'Estou lutando lá no Brasil para separar economia de contabilidade, mas não querem, querem fazer junto. O que vocês acham?'. Disseram eles: 'Não sei se vocês no Brasil têm lá seu Charles River. Se não tiverem, criem um e separem. Eu mandei dizer isto ao Capanema e foi o argumento decisivo para ele mandar executar o que eu tinha proposto'. (CPDOC/FGV, 1979, p. 89-90).

4. Ensino de economia a partir de 1945

Segundo Loureiro (1992), o período antes de 1945 é considerado como uma fase pré-consolidação da competência científica da *Economics*. A autora evidencia essa questão pré-científica da economia no Brasil mostrando como os técnicos-economistas autodidatas adquiriram conhecimento econômico, a partir de suas atividades profissionais dentro de agências governamentais e centros de pesquisa aplicada.

Desta forma, a legitimidade do curso e da profissão se deu pela prática nas primeiras décadas. A teoria econômica pura só foi ganhar espaço posteriormente e de forma gradual, principalmente com os cursos ministrados pela CEPAL e envio de alguns autodidatas para realizarem cursos de pós-graduação no exterior, com acordos feitos em órgãos importantes como SUMOC, além da FGV. (LOUREIRO; 1992).

O ano de nascimento oficial da Ciências Econômica universitária no Brasil foi 1945, diante da reforma curricular de graduação apresentada por Gudin e Bulhões. A partir do Decreto-Lei 7.988 foram estabelecidas as Faculdades FNCE/UB (atual UFRJ) e FCEA/USP (atual FEA/USP) nos anos 1945 e 1946, respectivamente.

Entre 1952 e 1954 também foram criadas, pela FGV, duas escolas pioneiras do ensino de gestão, até então interligado ao ensino econômico: a Escola de

Administração de Administração Pública (EBAP/FGV) no RJ e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV).

Ainda na FGV, foi criada a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) no Rio de Janeiro em 1952. Também nesse ano, começou a se projetar a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), a partir de uma missão norte-americana da Universidade de Michigan e do envio do corpo docente aos Estados Unidos para obtenção do mestrado em Administração de Empresas. Tal iniciativa fora propiciada pelo convênio de 1953 entre a FGV e a International Cooperation Administration, que deu origem à United States Agency for International Development (USAID), culminando na criação da EAESE em 1954. (BIDERMAN et. al., 1996, p. 19).

Neste mesmo período, Octávio Bulhões foi responsável pela criação da SUMOC e em 1951 houve a instituição da Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU), em que se formaram grupos de técnicos brasileiros e norte-americanos cujo objetivo era a preparação de projetos de investimento em infraestrutura, conforme negociações durante a participação do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados.

A CMBEU teve como desdobramentos a criação do BNDE, em 1952, além do Plano de Metas no Governo Juscelino Kubitschek, juntamente com o grupo misto BNDE-Cepal - que foi liderado por Celso Furtado. (Biderman et. al, 1996; Calixtre & Freddo, 2019; Giambiagi et. al, 2010).

Uma condição necessária para intensificação do processo de substituição de importações nesse período era oferecimento de crédito de longo prazo, porém até meados dos anos 1960, os mercados financeiros ainda não estavam desenvolvidos nem havia acontecido a reforma institucional do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Vale destacar que o Processo de Substituição de Importações (PSI) gerou grande desenvolvimento econômico no país, de modo que ao longo do período 1950-1974, a taxa de crescimento econômico médio foi de 514,31%. (Biderman et. al, p. 16-17).

Diante dos acontecimentos acima, entre 1930 e 1964, o ambiente de atuação e aprendizado dos técnicos-autodidatas (modo como eram chamados os economistas na época) era dentro de instituições não acadêmicas, como agências governamentais, centros de pesquisa aplicada e em comissões internacionais. Como não havia ocorrido a consolidação do sistema de centros de pós-graduação até a década de 1970, esses locais de estudo prático do saber econômico se encontravam no BNDE, na SUMOC, na Cepal e IBRE/FGV.

Nesta fase, os principais temas dos debates envolviam questões relativas ao desenvolvimentismo, como ideologia de superação do subdesenvolvimento e diante

disso, surgiram na década de 1950 duas grandes correntes do pensamento econômico nacional: o estruturalismo e o monetarismo.

Neste contexto, estas duas correntes de pensamento estavam diretamente relacionadas as instituições governamentais criadas desde a modernização iniciada na Era Vargas nos anos 1930-40 e as instituições de ensino em economia criadas desde o mesmo período. Esta inter-relação explica, em partes, a ascensão dos economistas como elite dirigente no país desde então.

Segundo Loureiro (1992), a autonomia do campo econômico em relação ao campo político não ocorre nem mesmo com após a “internacionalização de *Economics*”, nos anos 70 (quando se instalam os cursos de pós-graduação e surgem novos grupos concorrentes, vinculados à ANPEC). Ainda hoje, a penetração mútua entre o campo econômico e o campo político ainda é uma característica crescente e notável.

Em 1945, então assistiu-se à autonomização das Faculdades de Ciências Econômicas no Brasil, que passaram a ofertar o curso universitário de graduação separadamente ao ensino de contabilidade. Instituiu-se assim a formação Bacharelado em Ciências Econômicas, nos moldes atuais. Foi apenas a partir de 1945 com o Decreto-Lei nº 7.988 que a atividade Profissional do Economista foi finalmente se definindo e foi se criando um mercado trabalho próprio para esta nova profissão. Destaca-se que a partir de 13 agosto de 1951 a profissão economista foi regulamentada oficialmente. Pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951 e o Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952 o economista teve resolvido o problema de sua atividade profissional. (Bueno; 1972)

4.1 Processo de internacionalização do curso de economia no Brasil

A partir de meados da década de 1960, a comunidade de economistas conseguiu obter status de uma comunidade científica e acadêmica sistematicamente interligada a uma rede universitária internacional.

O processo de internacionalização da ciência econômica brasileira foi possível graças aos acordos assinados entre o MEC e a *USA Agency for International Development* (MEC-USAID), além dos subsídios financiados pela Fundação Ford, uma fundação privada americana. (Fernandez; Suprinyak; 2015).

A partir da ajuda externa, economistas norte-americanos puderam visitar o Brasil para auxiliar na criação dos centros de pós-graduação na área. Destes professores visitantes, destacaram-se os grupos Vanderbilt e Berkeley. O grupo Vanderbilt atuou principalmente e inicialmente na montagem dos centros da USP, sendo criado o IPE-USP em 1965, sob coordenação de Delfim Netto. Nesta época também foi criado o centro da FGV, no Rio: a EPGE, liderada por Mário Henrique Simonsen. (Ekerman, 1989).

O objetivo da internacionalização era criar uma elite acadêmica em economia que passaria a adotar um sistema de padronização metodológica conforme parâmetros de ensino e pesquisa econômica dos EUA. O estabelecimento de padrões científicos dentro da comunidade de economistas brasileiros pode ter sua materialização visualizada via criação da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação (ANPEC).

A partir do início do Regime Militar, em abril de 1964, observou-se continuidade no que se refere a questão de desenvolvimento, mas não mais tratava-se de um debate em torno explicitamente do desenvolvimentismo, nem mesmo havia mais a economia pluralista do regime anterior. Os planos econômicos dos governos militares tinham similaridades com o desenvolvimentismo, mas foram incorporados a novas e mais complexas temáticas, como combate ao acirramento do processo inflacionário. Essa semelhança fez com que vários autores utilizassem o termo “desenvolvimentismo autoritário” para descrever o período que vigorou o autoritarismo político. (Saes et. Al., 2016, p.47).

[...] nos anos do autoritarismo, os militares assumem posição decisiva nas decisões governamentais, mesmo que atribuíssem a economistas a gestão da economia, sua visão do processo de desenvolvimento não poderia ser ignorada. [...] o projeto político dos militares (ou pelo menos de facções que

detiveram o poder por certos períodos) era de constituição de um “Brasil potência [...]” (SAES et. al., 2016, p.47)

A materialização da missão do governo militar de tornar o país em uma potência foi implementada pelos dirigentes responsáveis pela gestão econômica da nação, isto é, pelos economistas que durante esse período conseguiram se consolidar nesta posição.

5. Consolidação da pós-graduação e criação da ANPEC em 1973

A Fundação Ford subsidiou recursos financeiros para a criação dos primeiros programas de pós-graduação brasileiros na área econômica. Nesse contexto, o ano de 1973 foi marcante pois ocorreu a criação da ANPEC, associação de programas de pós-graduação em Economia. A ANPEC é até hoje a principal associação para o campo acadêmico da Economia, exercendo suas atividades por meio de um exame nacional unificado (para admissão em pós-graduação na área). (Fernandez, Suprinyak, 2015).

Segundo Biderman et. al. (1996) o primeiro curso de pós-graduação em Economia no Brasil foi o Curso de Análise Econômica, do Conselho Nacional de Economia (CNE) do Rio de Janeiro, no início dos anos 1960. Porém ele não dispunha de características tipicamente acadêmicas, sendo um curso de formação e de revisão do conteúdo para economistas graduados, com objetivo de suprir as lacunas do ensino de graduação da época.

Nesse contexto também, Simonsen (1968) afirmou que o ensino de graduação em economia até final dos anos 1960 apresentava situação de crise dado que se verificava um déficit qualitativo no método de ensino e um superávit quantitativo em termos de: alunos matriculados e de instituições que ofereciam cursos de graduação. O autor afirmou que o ensino de economia nas universidades brasileiras é tão superabundante em quantidade quanto deficiente em qualidade”. (SIMONSEN, 1968, p.19). O autor ainda afirmou:

A consequência é um ensino extremamente heterogêneo - razoável numas poucas faculdades, mas péssimo na maioria delas. Algumas escolas desviam o centro de suas atenções para o ensino de Direito e Contabilidade, onde é mais fácil encontrar bons professores; isso constitui uma distorção, mas resta a vantagem de se dar ao estudante um instrumento útil à sua vida prática. A maioria, porém, nem isso consegue, especializando-se na divulgação de ideias vagas. (SIMONSEN, 1968, p. 20).

Desta forma, Simonsen (1968) sugeriu que o caminho para resolver a problemática em um prazo que se ajustasse ao grau de urgência da situação, que foi basicamente fortalecer o ensino de pós-graduação, principalmente a da FGV, a qual ele dirigiu, além do centro IPE-USP que foi criada em 1964.

Para Simonsen, o resultado final desse desbalanceamento da formação econômica brasileira se refletia sobre a qualificação dos graduandos, que foi considerada baixa. Vale ressaltar que esses efeitos já tinham se refletido na geração anterior de economistas. São estes os defeitos (ou efeitos) apontados por Simonsen (1968) com relação a nova geração de economistas que estavam surgindo até então: 1) baixo conhecimento de matemática e estatística básica; 2) dificuldade de raciocínio lógico; 3) falta de informação institucional adequado à realidade financeira ou social da própria nação que se pretenderia no futuro, atuar como economista; e 4) falta de conciliação da teoria econômica com questões práticas da realidade. (Simonsen, 1968).

Tendo em vista essas exigências qualitativas, as escolas de pós-graduação em economia deverão ser limitadas em quantidade, pelo menos nos próximos anos. No momento, parecem suficientes as duas em início de operação: a da Fundação Getúlio Vargas e a da Universidade de São Paulo. Ambas têm procurado organizar-se de acordo com os padrões qualitativos desejáveis. Na fase inicial essas escolas deverão apenas conceder o diploma de “Mestre”, equivalente ao Master of Arts. Após quatro ou cinco anos de funcionamento, com a cristalização da experiência e o aumento da oferta de bons professores, valerá a pena iniciar um programa de doutorado. (SIMONSEN, 1968, p.24).

Neste mesmo período, com isso, entrou em funcionamento o CAE (Centro de Aperfeiçoamento do Ensino), criado pelo IBRE/FGV. Mais tarde, o CAE seria a semente que daria origem ao EPGE/FGV em 1965, mas durante a vigência esta instituição funcionou também como curso intensivo que visava selecionar candidatos a bolsas de estudo nos EUA. Estas bolsas seriam patrocinadas pela USAID, Fundação Rockefeller e, anos depois, pelo CAPES. (Fernandez & Suprinyak; 2015; Biderman et al., 1996; Simonsen, 1968).

Diante disso, o seminário de Itaipava representou um marco na história da Ciência Econômica brasileira e na trajetória profissional e acadêmica do Economista. O encontro de 1966 adquire importância atual visto que neste evento foram lançadas as bases dos primeiros programas de pós-graduação em economia no país. Entre os nomes que participaram do evento podemos destacar: Antônio Delfim Netto, Joao Paulo dos Reis Velloso, Julian Chacel, Isaac Kerstenetzky, Maria da Conceição

Tavares, Mario Henrique Simonsen e Flávio Versiani. À época, todos faziam parte de instituições acadêmicas do eixo Rio-São Paulo. (Bianchi, 1997).

A despeito de divergirem, em alguns aspectos radicalmente, quanto à forma concreta de solucionar os problemas apontados, todos concordavam que era chegado o momento de superar a etapa em que a formação dos economistas brasileiros era confiada a autodidatas.
(BIANCHI, 1997, p. 315).

O objetivo do encontro no interior carioca foi discutir a crise dentro do sistema de educação de Ciências Econômicas verificado no Brasil da década de 1960. Foram debatidas propostas como solução para a crise de “superabundância de escolas de economia. Dentre as soluções vistas, destaca-se o envio de professores de Economia para intercâmbio de curso de doutoramento no exterior, particularmente nos Estados Unidos (EUA). Em 1968 ocorreu a Reforma Universitária, que mudou toda estrutura do ensino de nível superior no país. (Biderman et. al., 1996).

Segundo Bianchi (1997), os principais economistas brasileiros convergiram suas opiniões quanto à necessidade de avançar para um novo estágio do ensino de economia nas universidades, até então restrito a nível de graduação. O salto qualitativo proposto para a nova etapa da economia acadêmica demandava uma adequação do conteúdo ensinado no território nacional aos padrões vigentes no meio científico internacional, tendo os EUA como referência principal para criação dos programas de pós-graduação econômica no sistema educacional.

Com a entrada dos anos 1970 e durante esta década, então observou-se a internacionalização da Ciência Econômica brasileira. Segundo Biderman et. al (1996) a complexidade alcançada diante do desenvolvimento econômico fez aumentar a divisão social do trabalho e isto propiciava a constituição de uma comunidade profissional de Economistas, finalmente integrada aos núcleos de ensino e pesquisa dos países desenvolvidos dominantes em termos de exportação de teorias e métodos econômicos. Como exemplo, há o caso da USP e FGV, que foram as primeiras instituições de ensino beneficiadas com os acordos ou convênios assinados entre o Conselho Técnico da Aliança Para o Progresso (CONTAP) e a USAID.

Até 1972, os únicos centros de pós-graduação brasileiros de economia concentravam-se no eixo Rio-São Paulo, mas neste ano houve a criação do mestrado da Universidade de Brasília (UnB), na capital federal do país. A partir de então, observou-se um movimento de surgimento de outros centros e a consequente consolidação dos mesmos nos anos seguintes. (Biderman et. al, 1996).

Diante dessa ascensão de programas de pós-graduação de economia pelo país, a ANPEC foi criada em 1973 como consequência da montagem dos programas de mestrado em economia ao redor do território brasileiro. A entidade funciona desde então como associação de congregação dos centros de economia acadêmica que fornecem cursos de pós-graduação na área. Bianchi (1997) afirma que:

Constituídos os primeiros programas de pós-graduação, sua aglutinação numa entidade como a ANPEC [...] foi um desdobramento natural, já previsto em Itaipava. Tendo como membros os próprios centros de pós-graduação, a ANPEC tornou-se um modelo para instituições congêneres [...] Num período de expansão do sistema de pós-graduação no Brasil, em condições de relativa abundância de recursos financeiros, ela representava o fruto concreto da cooperação entre os centros emergentes e os que viriam a constituir-se após sua fundação.
(BIANCHI, 1997, p. 316-317).

O desígnio dos centros de pós-graduação era criar uma elite acadêmica em economia que passaria a adotar um sistema de padronização metodológica conforme parâmetros de ensino e pesquisa econômica dos EUA. Porém em meados dos anos 70, já havia uma grande quantidade de pós-graduados em economia, em um grau que fosse já “suficiente para prover cursos de pós-graduação do Oiapoque ao Chuí”, contesta Ekerman (1968, p. 130).

A formação da comunidade de economistas do Brasil foi uma decorrência da aceleração da internacionalização da economia brasileira. [...] Ao lado da crise econômica [...], há uma crise da teoria econômica que afeta todos os economistas. Há pressões para o surgimento de novas ideias econômicas que ajudem a solucionar os impasses da vida econômica. Porém a história ensina que as soluções vêm primeiro, as teorias depois. Resta estar atento e aguardar.
(EKERMAN, 1989, p. 138).

Diante da crescente valorização teórica dos valores predominantes nos centros acadêmicos norte-americanos, vale notar o modo como ocorreu o processo de formação dos professores e docentes das gerações a partir de 1970:

Essas influências internacionais penetraram no Brasil de forma crescente: por um lado, a partir de meados dos anos 60, professores norte-americanos vieram lecionar em cursos de pós-graduação recém-criados no Brasil. Usaid e Fundação Ford bancavam, por meio de convênios, a vinda desses professores. Por outro lado, ainda com o apoio dessas instituições, professores e estudantes de economia foram enviados aos Estados Unidos para a obtenção de seus doutorados. Era natural que, ao retornarem ao Brasil, passassem a difundir o pensamento econômico em que haviam se formado no exterior, especialmente quando integrados aos cursos de pós-graduação que eram criados em várias universidades brasileiras.
(SAES et. al., 2016, p. 50).

Ao comparar a economia ensinada no Brasil com a *Economics* dos Estados Unidos, Hunter (1968) observa que o núcleo central da grade curricular é semelhante, no entanto critica o fato de que as instituições, as tradições, as leis e o meio social brasileiros possuem aspectos completamente distintos. Portanto, o que é ensinado nos cursos de Economia, na maioria dos casos, pode ser aplicável aos E.U.A, mas sem relevância para contexto institucional brasileiro. O autor assinala uma das implicações dessa anomalia:

Quando os latino-americanos estudam no estrangeiro, tendem a evitar as áreas de conhecimento aplicado, relacionadas às instituições. Quando retornam a seus países, ensinam o que lhes parece relevante [...]: a teoria pura, os modelos, a econometria - deixando de lado a tarefa de relacioná-los ao meio cultural e social, embora aquela teoria só tenha sentido se relacionada com o meio. O resultado é que o ensino de economia tende a tornar-se mais estéril, estreito, e muito menos interessante do que é nos EUA. (HUNTER, 1968, p. 10).

6. Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo fazer uma avaliação histórica sobre a formação dos cursos superiores de Ciências Econômicas no Brasil, resgatando seus antecedentes na historiografia brasileira a partir de 1808, com a criação dos primeiros cursos técnicos comerciais e consolidação dos programas de pós-graduação.

Verificou-se que inicialmente a formação dos economistas era de maneira autodidata e que só em 1945 houve a formalização do primeiro curso de graduação na área. As décadas seguintes foram marcadas por profundas mudanças que influenciaram a consolidação do curso de Ciências Econômicas.

Até a década de 1960, os técnicos autodidatas adquiriram conhecimento em economia de maneira informal e por meio da prática, em órgãos como CEPAL, SUMOC, BNDE, Conselho Federal de Comércio Exterior, entre outros, e em centros de pesquisa aplicada como o IBRE/FGV. Pode-se dizer a formação de quadros dirigentes de gestão econômica nacional ocorria nas escolas práticas de saber econômico, tendo atuação secundária as faculdades de economia, que forneciam cursos de graduação no período.

Como ainda era uma área emergente, houve muitas críticas à qualidade dos cursos de graduação oferecidos no Brasil, fazendo com que intelectuais se unissem

para criar programas de pós-graduação de alto nível, fazendo assim surgir a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) em 1973.

Buscaram fazer uma padronização de alto nível nos programas de pós-graduação no Brasil no fim dos anos 1960 e início de 1970, fenômeno que não ocorreu na graduação e até hoje percebe-se a diferença no nível técnico e metodológico de ambas.

7. Referências Bibliográficas

BUENO, Luiz de Freitas (1972). "A Evolução do Ensino de Economia no Brasil." **Ensaio Econômico da EPGE**, n.º 5, p. 2-30. Rio de Janeiro: IBRE/FGV.

BIANCHI, Ana Maria. Do encontro de Itaipava ao encontro da USP: comentários à margem da história da ANPEC. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 315-330.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis; REGO, José. **Conversa com economistas brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, p. 10-17, 1996.

CALIXTRE, A., FREDDO, D.. O pensamento pré-furtadiano sobre o desenvolvimento econômico: Entre o Modernismo da semana de 1920 e a Modernização da Era Vargas. **OIKOS (Rio de Janeiro)**, América do Norte, 18, dez. 2019. Disponível em: <http://www.revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/598/313>. Acesso em: 05 Nov. 2020.

EKERMAN, Raul. A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje. **Revista Brasileira de Economia**, v. 43, n. 2, p. 113-138, 1989.

FERNANDEZ, Ramon Garcia e SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Creating Academic Economics in Brazil: The Ford Foundation and the Beginnings of ANPEC (June 12, 2014). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2630781>. Acesso em 05 de Nov. de 2020.

FLÁVIO A. M. de Saes; e ALEXANDRE M. Saes. O Pensamento Econômico Brasileiro no Século XX: Uma Breve Nota Sobre as Principais Tendências e Rupturas. (2016).

GIAMBIAGI, Fábio, et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

HUNTER, John M. Sobre o ensino de economia no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 22, n. 3, p. 73-88, 1968.

LOUREIRO, Maria Rita; LIMA, Gilberto Tadeu. A internacionalização da ciência econômica no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 14, n. 3, 1994.

LOUREIRO, Maria Rita. A participação dos economistas no governo. **Análise—Revista de Administração da PUCRS**, v. 17, n. 2, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e elites dirigentes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 20, p. 47-65, 1992.

SAES, Flávio Azevedo Marques; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino de Economia e as origens da profissão de economista no Brasil. **LOCUS: Revista de História**, v. 6, n. 1, 2000.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. O pensamento econômico brasileiro no século XX: uma breve nota sobre as principais tendências. **Boletim Informações Fipe**, São Paulo, n. 426, p. 44-52, 2016. Disponível em: < <http://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif426rev.pdf> >.

SIMONSEN, Mário Henrique. O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 20, n. 4, p. 19-30, 1966.

VIEIRA, J.M.G. Eugênio Gudín: três contribuições à teoria econômica. In: *Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, **FGV**, p. 80-90, 1979.